ISSN: 2527-1598

PGPM-Bio

Boletim da Sociobiodiversidade

Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Presidente da República
Michel Temer

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Blairo Maggi

Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento
Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra

Diretoria de Gestão de Pessoas
Marcus Luis Hartmann

Diretoria de Operações e Abastecimento
Jorge Luiz Andrade da Silva

Diretoria Administrativo, Financeiro e de Fiscalização
Danilo Borges dos Santos

Diretoria de Política Agrícola e Informações
Cleide Edvirges Santos Laia

Superintendência da Gestão da Oferta
Wellington Silva Teixeira

Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade
Ianelli Sobral Loureiro

PGPM-Bio

Boletim da Sociobiodiversidade

Volume 2, Número 1

1º trimestre de 2018

ISSN: 2527-1598

B. Sociobiodiversidade, v. 2, n. 1, p. 1-48, jan. /fev. /mar. 2018

Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Copyright © 2017 – Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <http://www.conab.gov.br>

Depósito Legal junto à Biblioteca Josué de Castro

Impresso no Brasil

ISSN: 2527-1598

O Boletim da Sociobiodiversidade é uma publicação trimestral da Companhia Nacional de Abastecimento cujo objetivo é apresentar informações de biomas brasileiros, conjunturais de mercado de produtos da sociobiodiversidade e o relatório de operações executadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos, para Produtos da Sociobiodiversidade.

Supervisão: Ianelli Sobral Loureiro, Wellington Silva Teixeira, Stelito de Assis dos Reis Neto, Ênio Carlos Moura de Souza.

Elaboração: Ianelli Sobral Loureiro, Ana Rita Lopes Farias Freddo, Ênio Carlos Moura de Souza, Humberto L. Pennacchio.

Estagiários colaborando: Pâmela Bispo da Silva, Luiz Felipe Melo Gonzaga e Laís Siqueira de Jesus.

Projeto gráfico: Guilherme Rodrigues

Normalização: Narda Paula Mendes – CRB-1/562, Thelma Das Graças Fernandes Sousa - CRB-1/1843

Catalogação na publicação: Equipe da Biblioteca Josué de Castro

631:502(81)(05)

C737b

Companhia Nacional de Abastecimento.

Boletim da Sociobiodiversidade / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 2, n.1 (2017-). - Brasília: Conab, 2017-

Trimestral

ISSN: 2527-1598

1. Biodiversidade. 2. Agronegócio. I. Título

Distribuição:

Companhia Nacional de Abastecimento

SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF

(61) 3312-6262

http://www.conab.gov.br / sugof@conab.gov.br

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE

PGPM-Bio

Volume 2. Número 1 - 1º trimestre de 2018

SUMÁRIO

Sociobiodiversidade 5
Bioma Amazônico 7
Conjuntura de Mercado.....17
Açaí..... 18
Amêndoa de Andiroba 23
Amêndoa de Babaçu 27
Borracha Extrativista 30
Castanha 32
Macaúba..... 35
Mangaba..... 38
Pequi..... 41
Piaçava 43
Umbu 46

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE

PGPM-Bio

Volume 2. Número 1 - 1º trimestre de 2018

SOCIOBIODIVERSIDADE

Ênio Carlos Moura de Souza

Sociobiodiversidade: a interação do Homem, Mercado e a Natureza.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente[1], sociobiodiversidade é definida como "Bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou benefícios) gerados à partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais – PCT's e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, assegurando os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem".

Portanto, sociobiodiversidade é a introdução do homem no conceito de biodiversidade, que segundo Nogueira[2], et al (2005), significa a "totalidade dos recursos vivos, ou biológicos, e dos recursos genéticos, e seus componentes, tendo um potencial de uso econômico significativo, sendo base para atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais, bem como para a indústria de biotecnologia".

Ainda sobre biodiversidade, Guiedes[3] et al (2000), afirma que este conceito não pertence apenas ao mundo natural, mas também ao cultural e social. Assim, as espécies são objetos de conhecimento, domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria para as sociedades modernas.

Ligados a esse conceito temos o trabalho extrativista, que pode ser considerado um subgrupo dentro da temática da sociobiodiversidade, haja vista que esse público se identifica como parte dos PCT's e agricultores familiares. A

[1] Disponível em http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/sociobiodiversidade.
[2] Nogueira, J.M. Salgado, G.S.M. Junior, A.N. Plano de negócio, unidades de conservação e diversidade biológica: lógica empresarial como alternativa de gestão ambiental?. VIII Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. EBAPE/FGV, 2005
[3] Diegues, A.C. Arruda, R.S.V. Silva, V.C.F. Figols, F.A.B. Andrade, Daniela. Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. Ministério do meio ambiente, NUPAUB-núcleo de pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras—Universidade de São Paulo, São Paulo, fevereiro de 2000.

função destes é colher os produtos ofertados pela riqueza da biodiversidade e através do seu uso sustentável, tirando o seu sustento e de sua família. Para Lescure et al (1994), citado por Affonso[4] 2012, o extrativismo necessariamente agrega o papel de comercialização e, desta feita, é considerado um conjunto de sistemas de exploração de produtos da floresta destinados ao mercado, seja regional, nacional ou mesmo internacional. Nessa perspectiva, o extrativismo é tratado como uma atividade econômica diferente de uma simples atividade de coleta ou caça para o próprio consumo.

Isto posto, várias cadeias produtivas têm em sua base de sustentação os produtores extrativistas, como no caso do babaçu, andiroba, baru, borracha nativa, buriti, castanha, carnaúba, juçara, mangaba, macaúba, murumuru, umbu, pinhão, açaí, cacau nativo, piaçava, pequi e tantos outros.

O manejo sustentável das espécies nativas e a sua utilização via comercialização para o sustento das famílias dos produtores extrativistas revela o potencial social e ambiental que tem a interação do Homem, Mercado e a Natureza. A política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade busca promover melhoria de renda e condições propícias para a oferta desses produtos, estimulando a preservação das espécies nativas e os ecossistemas nos quais estão inseridos.

[4] AFONSO, S.R. (2012). A política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do pequi (Caryocar brasiliense). [Distrito Federal] 2012. Tese de Doutorado em Ciências Florestais, Publicação PPGEFL. TD – 024/2012, Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, DF. 162 p.

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE

PGPM-Bio

Volume 2. Número 1 - 1º trimestre de 2018

BIOMA AMAZÔNICO

***Ianelli Sobral Loureiro*[5]**

A Amazônia é, segundo o IBGE (2004), o maior bioma brasileiro, ocupando uma área de aproximadamente 4,2 milhões de km². O bioma abrange 9 estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além da Bacia amazônica, maior bacia hidrográfica do mundo. A floresta amazônica é autossustentável, e sobrevive da sua própria matéria orgânica, ou seja, qualquer atividade que interfira nesse equilíbrio pode causar danos irreversíveis.

A Amazônia possui uma grande biodiversidade natural, e cultural, pois, muitas comunidades tradicionais e índios vivem na floresta. Nesse sentido, esses povos são atores importantes para manter o equilíbrio do bioma, pois além do vasto conhecimento sobre o habitat, ainda fazem o uso dos recursos sem causar danos. Apesar de toda a riqueza natural e cultural, a Amazônia ainda enfrenta problemas com relação ao desmatamento, disputas territoriais e baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Nesse contexto, um estudo realizado pela WWF, em parceira com o governo alemão buscou apontar vulnerabilidades do bioma. De acordo com referido estudo, as expectativas “apontam para um aumento entre 0,3ºC e 3ºC na temperatura da região. Estima-se que 12% do território amazônico vai experimentar mudanças climáticas severas”.[6] O que se percebe, é, que essas alterações climáticas podem afetar o equilíbrio da floresta, e, consequentemente, as populações tradicionais que já vêm enfrentando secas e enchentes mais drásticas ao longo dos anos.

O desequilíbrio ecológico, não só da Amazônia como também dos outros biomas vem sendo causado por ações antrópicas, como o desmatamento, e determinadas práticas de uso do solo. Nesse sentido, as Unidades de Conservação são ferramentas importantes para proteger a biodiversidade dos

[5] Com Colaboração da estagiária Laís Siquera de Jesus.

[6] Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9108-estudo-aponta-vulnerabilidades-da-amazonia. Acesso em: 06 abr. 2018.

biomas, evitando antropização da vegetação natural, e garantido o meio de subsistência das comunidades tradicionais.

Redução do Desmatamento na Amazônia

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), no ano de 2017 houve uma redução de 16% no desmatamento da Amazônia legal, com relação ao ano anterior. O aumento das fiscalizações e o fortalecimento dos órgãos de comando e controle ocasionaram diretamente nessa diminuição, além de ferramentas como o Amazônia Protege. [7]

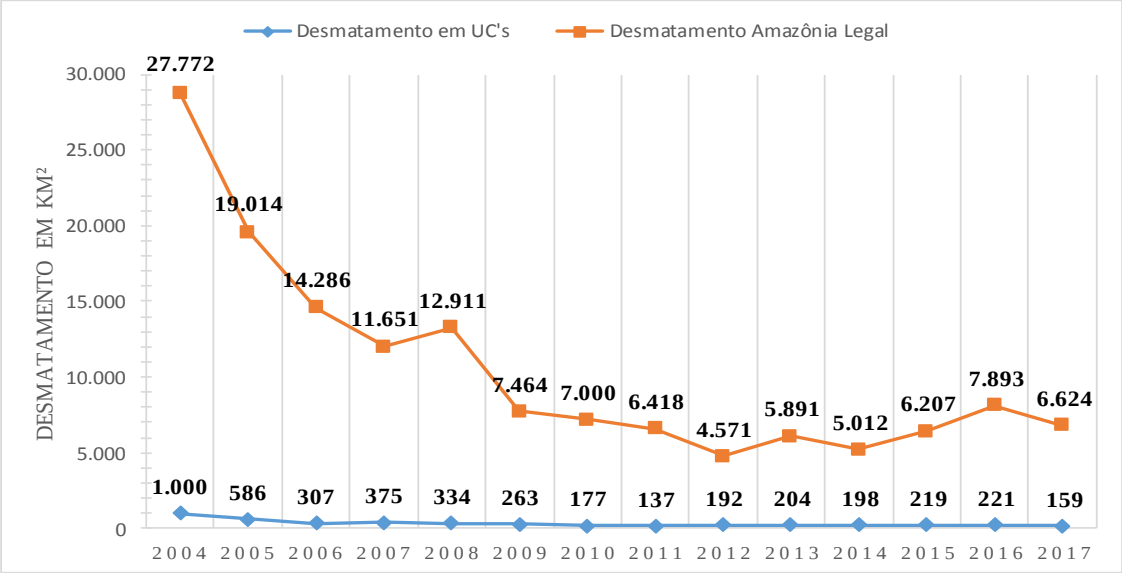
Na figura 1, é possível visualizar o decréscimo do desmatamento no exercício de 2017, em relação ao ano de 2016, tanto na Amazônia legal quanto nas Unidades de Conservação federal, em cerca de 16%, ou seja, 1.269 km² a menos do que o apontado em 2016. Se comparado aos dados de 2004, quando o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) foi criado, a redução é de 74%.

O Pará, apesar da redução de 19% do desmatamento, é o que mais desmata entre os estados que compõem a Amazônia legal. Nas Unidades de Conservação (UC's), a redução foi de 28% em relação a 2017-, a segunda menor taxa desde 1997. [8]

[7] Disponível em:<http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=2785>. Acesso em: 06 abr. 2018.

[8] Disponível em:<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9293-prodes-revela-queda-de-28-no-desmatamento-em-ucs>. Acesso em: 04 abr. 2018.

Gráfico 1 – Desmatamento: na Amazônia legal x nas em UC's (2004 – 2017)



Fonte: PRODES, 2017

De acordo com o MMA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) realizou 16.605 ações de fiscalização em 2017, sendo que 49% delas foram nos estados que compõem a Amazônia Legal. O MMA se empenhou para manter o orçamento do Ibama, o que permitiu o aumento das fiscalizações em áreas críticas.

Cita-se um exemplo de fiscalização na Amazônia bem-sucedida: a operação Cutipiã, em Boca do Acre, na Reserva Extrativista Arapixi, que foi incitada, através de alertas de desmatamentos emitidos pelos sistemas de imagens, PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite) e pelo DETER (Detecção do Desmatamento em Tempo Real). Depois da fiscalização, os alertas foram confirmados e os responsáveis pelo dano ambiental foram punidos com multas de R$ 950 mil, e embargo de cerca de 95 hectares. A ação foi muito significativa, pois, a Resex tem grande importância econômica e social para o município de Boca do Acre, vez que além de introduzir produtos extrativistas no mercado, gera renda e melhora a alimentação local.[9]

[9] Disponível em:<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9372-icmbio-fiscaliza-desmatamento-na-resex-arapixi>. Acesso em: 06 abr. 2018.

Outra ferramenta que tem contribuído para a diminuição do desmatamento na Amazônia é o Amazônia Protege. Um projeto desenvolvido pela Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF (4ºCCR), em conjunto com o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O projeto tem como objetivo responsabilizar os culpados pelos desmatamentos ilegais com mais de 60 hectares na Amazônia, entre 2015 e 2016, através de ações civis públicas. O levantamento de dados é baseado nas imagens de satélite geradas pelo PRODES, e para identificar os possíveis responsáveis, faz-se o cruzamento dos dados do PRODES com dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR); do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), do Sistema Nacional de Certificação de Imóveis Rurais do Incra; do Programa Terra Legal; e autos de infração ou embargos do Ibama.[10]

Até o momento foram instauradas 757 ações públicas contra 725 réus, e pedem R$ 1,5 bilhão de reais em indenização, e reparação de 95.679 hectares de floresta que foram degradados. Por enquanto as áreas em análise são de 60 hectares, mas futuramente as ações serão voltadas para áreas menores, segundo o Procurador da República Daniel Azeredo, coordenador nacional do projeto. Vale destacar que grande parte desse desmatamento ilegal vem acontecendo dentro das Unidades de Conservação federais. Apesar desse fato, o desmatamento nas UC's diminuiu, em relação a 2016.

O Amazônia Protege é um projeto importante para a nova fase PPCDAm, pois segundo o diretor do Departamento de Florestas e Combate ao Desmatamento do MMA, Jair Schmitt, essa fase do Plano ainda enfrenta desafios, e um deles é o de responsabilizar os culpados pelas infrações ambientais. A ferramenta tem um potencial muito grande, uma vez que faz o cruzamento dos dados públicos e consegue mapear o desmatamento e os proprietários da área.[11]

---

[10] Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9308-amazonia-protege-mpf-ibama-e-icmbio-propoem-acoes-civis-publicas-para-punir-responsaveis-por-desmatamentos-ilegais>. Acesso em: 09 abr. 2018.

[11] Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9308-amazonia-protege-mpf-ibama-e-icmbio-propoem-acoes-civis-publicas-para-punir-responsaveis-por-desmatamentos-ilegais>. Acesso em: 09 abr. 2018.

O Diretor de Proteção Ambiental do Ibama Luciano Evaristo tem perspectivas positivas quanto ao aumento das fiscalizações no ano de 2018, já que o orçamento para ações de fiscalização e controle ambiental aumentou para R$ 140 milhões. O contrato firmado entre o BNDES e o MMA terá vigência de 36 meses e os recursos serão repassados ao longo dos três anos.[12] Já o ex-ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, em entrevista alega que as ações de comando e controle não são o suficiente para reduzir o desmatamento ilegal na Amazônia, e que isso só acontecerá de forma definitiva quando a população passar a valorizar a floresta em pé, isto é, quando for mais rentável manter a floresta intacta.[13]

Unidades de Conservação federal e as disputas territoriais

As Unidades de Conservação foram criadas com o intuito de proteger a riqueza biológica de cada bioma brasileiro e garantir o uso sustentável dos recursos naturais pela população. Atualmente existem 354 UC's, divididas em Unidades de Proteção Integral, que não permitem o uso direto, e em Unidades de Uso Sustentável, que conciliam a conservação da natureza e o uso sustentável.

Em que pese as UC's serem a melhor maneira de garantir a proteção ambiental, ainda existem muitos conflitos e disputas de territórios entre comunidades tradicionais, indígenas, grileiros, e proprietários de terras com relação as áreas destinadas às UC's. Por esse motivo, o ICMBio, que é responsável por gerenciar as UC's, em parceria com outros órgãos governamentais, buscam a regularização fundiária em todos os estados do Brasil, no intuito de solucionar o conflito.

No Amazonas por exemplo, foi promovido o "Fórum Diálogo Amazonas: Regularização Fundiária Urgente", que teve início em 2012, envolvendo o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). As comunidades tradicionais estavam se sentindo excluídas dos seus territórios,

[12] Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/noticias/436-2018/1407-fundo-amazonia-destina-r-140-milhoes-para-a-fiscalizacao-do-ibama>. Acesso em: 06 abr. 2018.
[13] Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=2785>. Acesso em: 06 abr. 2018.

vez que com a implementação das UC's e seus planos de manejo, a população que vivia naquele território se viu prejudicada, em algumas situações, por não conseguir acessar determinadas políticas, e em outras, por ser proibido o uso direto dos recursos. Como a regularização fundiária é um processo demorado e burocrático, foram necessários alguns anos de negociação para se chegar a um acordo que favorecesse tanto as comunidades, quanto as UC's. Foram assinados Contratos de Concessão de Direito Real de Uso pelo governador do Amazonas em 2014, em favor das comunidades extrativistas, o que favoreceu o acesso às políticas públicas, dada a necessidade de regularização fundiária para acessar os fomentos.[14]

Outro conflito comum é pelo reconhecimento do direito territorial; de um lado existem as UC's, e do outro as comunidades tradicionais que reivindicam o reconhecimento de seus territórios originários para terem pleno acesso aos recursos da área. Em 2017, o ICMBio, em conjunto com o Incra, delimitou dois territórios quilombolas no Pará (Alto Trombetas 1 e Alto Trombetas 2), localizados no alto do rio Trombetas, o que garantiu um acordo das comunidades com o governo federal, pois, com o reconhecimento dos limites territoriais, as comunidades tiveram o direito assegurado para o uso direto e exclusivo da área. Além disso, ficou definida a criação de uma Câmara Temática, no âmbito do conselho gestor da Flona Saracá-Taquera, para fortalecer a relação entre os quilombolas e os gestores da unidade de conservação.[15]

Produção Sustentável nas Unidades de Conservação

Os produtos extrativistas estão ganhando mais notoriedade no cenário nacional e são essenciais para a subsistência de comunidades que vivem em unidades de conservação (principalmente Florestas Nacional e Reservas Extrativistas). No entanto, um grande obstáculo enfrentado pelo ICMBio é promover a produção sustentável nessas Unidades de Conservação, face à falta de infraestrutura, dificuldade de comunicação dentro das UC's, falta de capacitação e alto custo de maquinários-, fatores limitantes.

[14] Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9441-em-prol-da-regularizacao-fundiaria-em-ucs-do-amazonas>. Acesso em: 06 abr. 2018

[15] Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9454-direito-territorial-quilombola-e-reconhecido>. Acesso em: 06 abr. 2018.

Nesse sentido o ICMBio, apoia as comunidades no acesso a editais como os da Ecoforte, subsidiados pelo Banco do Brasil e BNDES, que têm por objetivo apoiar projetos territoriais de redes de agroecologia, extrativismo e outros. Desta maneira, quando há esses acessos, as comunidades se tornam capazes de enfrentar estes desafios, considerando que o financiamento facilita a compra dos equipamentos necessários para o beneficiamento dos produtos, e outras ferramentas necessárias para garantir essa produção de maneira sustentável. Assim como afirma Ramilla Rodrigues (2018), em uma matéria do ICMBio:

> A Reserva Extrativista Ituxi, no sul do Amazonas, foi uma das beneficiadas pelo Ecoforte I e II, ambos no segmento da coleta e beneficiamento de castanhas. Com o auxílio do Ecoforte, as 143 famílias puderam mapear os castanhais, adquirir equipamentos e insumos, melhorar o sistema de comunicação. Na Resex Médio Juruá, também no Amazonas, o ganho foi na aquisição de equipamentos e na melhoria da infraestrutura no mercado das oleaginosas, como andiroba e murumuru. Já na Resex do Lago Cuniã, o manejo de jacarés, que começou como compensação ambiental da Hidrelétrica de Jirau, conta agora com o primeiro frigorífico dentro de UC e equipamentos de proteção na produção de carne e couro de 900 animais por ano rendendo cerca de 250 mil reais por safra para os comunitários.[16]

Além de ações que mitiguem os obstáculos para a produção sustentável na UC's, é preciso promover a cadeia dos produtos extrativistas, pois apesar de estarem ganhando notoriedade no Brasil, ainda existem muitas localidades que desconhecem os produtos florestais. Nesse foco, é importante a realização de eventos que tragam o assunto à tona.

Um exemplo foi a realização da II Feira dos Povos do Médio Xingu, organizada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), realizada na Rexex Rio Iriri – PA em junho de 2017. O evento contou com a participação de índios de 11 Terras Indígenas, e extrativistas de cinco UC's. A feira que tinha como objetivo apresentar a diversidade e qualidade dos produtos da floresta à população urbana alcançou resultados muito maiores, como por exemplo, o fortalecimento cultural das comunidades da região através da troca de conhecimentos e aproximação entre indígenas e extrativistas, a valoração dos produtos

[16] Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9468-producao-sustentavel-em-ucs-e-tema-de-evento>. Acesso em: 09 abr. 2018.

extrativistas, aproximação da população urbana com os povos tradicionais, e uma maior visibilidade das entidades governamentais.[17]

O ICMBio tem uma grande importância para a UC's. Além de gerenciar, fiscalizar e proteger as unidades, também dá suporte às comunidades que vivem nas UC's. O caso da Resex do Rio Cajari foi muito significativo, pois a economia dos municípios onde a reserva é situada (Laranjal do Jari e Mazagão), é impulsionada pelo extrativismo, principalmente do açaí e da castanha-do-Brasil. O ICMBio passou a assistir as famílias da Resex, ajudou na organização social e criação de duas associações de mulheres, com o intuito de promover o beneficiamento da castanha (i uma iniciativa que deu certo), pois com o beneficiamento abriu-se novos mercados como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde comercializam biscoitos e bombons feitos da castanha, além de outros gêneros alimentícios que podem ser vendidos através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).[18]

Melhora na qualidade de vida das comunidades tradicionais e ribeirinhas

De acordo com o ranking IDHM - Unidades da Federação 2010, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), todos os estados que compõem a Amazônia Legal estavam abaixo da décima colocação no Ranking. Vale destacar que o estado do Maranhão é o penúltimo colocado, atrás, somente, de Alagoas como é possível visualizar na Gráfico 2.

[17] Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9473-produtos-da-floresta-ganham-visibilidade>. Acesso em: 09 abr. 2018.
[18] Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9102-apoio-a-producao-extrativista-sustentavel>. Acesso em: 09 abr. 2018.

Gráfico 2 – Ranking IDHM UF 2010 (Em destaque os estados a Amazônia Legal)

Ranking IDHM 2010	Unidade da Federação	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
1 º	Distrito Federal	0,824	0,863	0,873	0,742
2 º	São Paulo	0,783	0,789	0,845	0,719
3 º	Santa Catarina	0,774	0,773	0,860	0,697
4 º	Rio de Janeiro	0,761	0,782	0,835	0,675
5 º	Paraná	0,749	0,757	0,830	0,668
6 º	Rio Grande do Sul	0,746	0,769	0,840	0,642
7 º	Espírito Santo	0,740	0,743	0,835	0,653
8 º	Goiás	0,735	0,742	0,827	0,646
9 º	Minas Gerais	0,731	0,730	0,838	0,638
10 º	Mato Grosso do Sul	0,729	0,740	0,833	0,629
11 º	Mato Grosso	0,725	0,732	0,821	0,635
12 º	Amapá	0,708	0,694	0,813	0,629
13 º	Roraima	0,707	0,695	0,809	0,628
14 º	Tocantins	0,699	0,690	0,793	0,624
15 º	Rondônia	0,690	0,712	0,800	0,577
16 º	Rio Grande do Norte	0,684	0,678	0,792	0,597
17 º	Ceará	0,682	0,651	0,793	0,615
18 º	Amazonas	0,674	0,677	0,805	0,561
19 º	Pernambuco	0,673	0,673	0,789	0,574
20 º	Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560
21 º	Acre	0,663	0,671	0,777	0,559
22 º	Bahia	0,660	0,663	0,783	0,555
23 º	Paraíba	0,658	0,656	0,783	0,555
24 º	Piauí	0,646	0,635	0,777	0,547
24 º	Pará	0,646	0,646	0,789	0,528
26 º	Maranhão	0,639	0,612	0,757	0,562
27 º	Alagoas	0,631	0,641	0,755	0,520

Fonte: PNUD

É possível perceber que o IDHM dos estados da Amazônia é relativamente bom, no entanto, nota-se que o índice de longevidade é o que aumenta a média do IDHM desses estados. Sabe-se que para o cálculo do índice de longevidade analisa-se dados de mortalidade infantil e mortalidade até os 5 anos de idade, e apesar dessas taxas de mortalidade terem diminuído nos estados da Amazônia Legal, se comparadas às taxas do Distrito Federal, o primeiro colocado do ranking, essa mortalidade ainda é grande. Enquanto para a educação os índices

são preocupantes, todos os estados que compõem o bioma apresentaram números baixos.

Vários fatores contribuem para esse baixo desempenho dos estados da Amazônia, como o acesso à educação, a saúde, à infraestrutura e outros. Esses recursos são escassos para a população urbana e muitas vezes nem chegam às populações rurais e comunidade tradicionais, devido as condições geográficas. Nesse sentido, o governo federal tenta implementar programas como “Primeira Infância Ribeirinha”, baseado na construção de um modelo de visitação familiar e na capacitação dos agentes comunitários de saúde para melhorar a qualidade de vida na floresta, como o Plano Nacional de Fortalecimento das comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe), instituído no último dia 05 de abril do ano em curso.

O Planafe tem como objetivo levar melhorias para as populações tradicionais e ribeirinhas, através de quatro eixos estratégicos definidos no plano: Inclusão Social, Produção Sustentável, Infraestrutura e Gestão Ambiental. Tal Programa foi elaborado com a participação de 20 órgãos públicos, além de organizações da sociedade civil e representação dos extrativistas. Na mesma portaria também foi instituída a Comissão das Reservas Extrativistas Federais (Conarex), que tem como finalidade apoiar e monitorar a execução das políticas relacionadas a proteção do meio ambiente e cultura das comunidades extrativistas tradicionais, bem como de promover o uso sustentável dos recursos nas reservas extrativistas e assegurar a conservação da biodiversidade.[19]

Tanto o Planafe quanto a Conarex irão beneficiar cerca de 150 mil famílias de extrativistas e ribeirinhos que estão cadastradas no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social, além de atender, também, famílias dos assentamentos agroextrativistas administrados pelo Incra. Nesse contexto, a melhora da qualidade de vida dessas comunidades tende a ser favorecida com ações do Plano e o monitoramento da Comissão. Consequentemente, espera-se que o Índice de Desenvolvimento Humano melhore nos quesitos saúde e educação.

[19] Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9544-instrumentos-trazem-melhorias-as-populacoes-tradicionais>. Acesso em: 06 abr. 2018.

CONJUNTURAS DE MERCADO

A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade PGPM-Bio contempla iniciativas estratégicas, levando em consideração as diversidades regionais da produção florestal não madeireira e da conjuntura de mercado atual, com vistas à proteção dos bens naturais e à melhoria de renda e da qualidade de vida dos povos e populações tradicionais que utilizam os recursos das florestas de forma sustentável.

Nessa sessão, os técnicos da companhia analisam o mercado referente ao primeiro trimestre de 2018, relativo aos produtos Açaí, Amêndoa de Babaçu, Andiroba, Borracha extrativa, Castanha do Brasil, Macaúba, Mangaba, Pequi, Piaçava e Umbu.

Estes produtos fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade e a análise desses mercados corroboram para o aprimoramento das políticas públicas voltadas a esse segmento, além de subsidiar com informações os atores envolvidos nessas cadeias produtivas.

AÇAÍ

Ana Rita Lopes Farias Freddo[20]

O uso de ingredientes "naturais" na dermatologia cosmética é cada vez mais frequente. Recentemente, as pesquisas experimentais e clínicas começaram a fornecer validação científica para o uso de ingredientes botânicos como açaí, romã, extrato de aveia, erva-cidreira, curcumina, chá verde, entre outros (Baumann, L. et al, 2009)[21]

De acordo com a Future Market Insights - FMI[22], os consumidores estão se tornando mais conscientes sobre os benefícios do açaí, particularmente na produção de cosméticos orgânicos.

Ainda, de acordo com a FMI, produtos lançados pelas indústrias cosméticas, à base de açaí, reforçam a ideia que esse produto promove uma pele mais saudável, com aparência jovem e elasticidade, e, por serem ricos em vitaminas A, C e E, ajudam na regeneração da pele.

Nesse artigo abordaremos, de forma sucinta, esse segmento de mercado diferenciado que vem se consolidando cada vez mais.

1. Análise de mercado

Nos últimos anos houve uma crescente demanda mundial por alimentos e bebidas saudáveis e nutricionais com novos sabores, criando boas oportunidades de mercado para os novos sucos de frutas, incluindo frutas tropicais como o açaí.

Segundo The Financial Analyst[23], o aumento da demanda por açaí na forma de suplemento alimentar nas dietas diárias é um fator chave que

[20] Com a colaboração dos estagiários: Luiz Felipe Melo Gonzaga, Laís Siqueira de Jesus e Pâmela Bispo da Silva

[21] Baumann, Leslie S.; Woolery-Lloyd, Heather & Friedman, Adam. "Natural" ingredients in cosmetic dermatology. Journal of drugs indermatology: JDD 8 (6 Suppl): S5-9. Julho

[22] Future Market Insights – FMI. Açai Berry's Effective Application in Cosmetics will Boost its Global Sales during 2016-2026. https://www.futuremarketinsights.com/press-release/acai-berry-market

[23] Financial Analyst. Açai Berry Market Size, Strategies, Analysis, Industry Share and Forecast with Upcoming Trends 2018. https://theanalystfinancial.com/32399/acai-berry-market-size-strategies-analysis-industry-share-and-forecast-with-upcoming-trends-2018/

impulsiona o crescimento do mercado global desse produto. Além disso, o açaí vem na categoria de super alimentos[24].

Ainda, segundo The Financial Analyst, a crescente demanda por açaí na produção de cosméticos orgânicos tem impulsionado a procura geral por produtos de cuidados pessoais "premium", em todo o mundo, o que, por sua vez, está impulsionando o crescimento do mercado em alguns países com economia em desenvolvimento, como Coreia do Sul, Índia, China e os países da ASEAN[25]. Estes países têm aumentado a demanda por cosméticos à base de ingredientes naturais, levando a uma procura alta por açaí nesses países.

Existem diversas marcas que ofertam produtos à base de açaí, tanto no mercado nacional quanto internacional, como por exemplo, a de uma australiana que explora cosméticos com base em produtos orgânicos. Para essa empresa, "o extrato de açaí é um ingrediente chave na maioria de seus produtos por ser um dos melhores antioxidantes no mercado, fazendo com que as moléculas encontradas nos alimentos e no ar se convertam em toxinas nocivas, que nos deixam susceptíveis a doenças e ao envelhecimento"[26].

2. Preços

2.1. Preços Recebidos Pelos Produtores Extrativistas

Na Tabela 1, o primeiro trimestre de 2018, em relação ao mesmo período de 2017, apresentou queda nos preços recebidos pelos produtores extrativistas, pelo kg do açaí (*Euterpe precatória*), nos estados do Amazonas e Rondônia. Isso se deveu a uma maior quantidade ofertada, reflexo do aumento da safra. Já no Acre, no ano passado, a divulgação de que o açaí produzido em Feijó, maior município produtor acreano, poderia estar contaminado pelo inseto barbeiro, transmissor da doença de Chagas, gerou perda da safra, desemprego e impactou no consumo local. Como os produtores de açaí reagiram e conseguiram mostrar a população todo o processo de controle de qualidade do

[24] Super alimentos ajudam a atingir metas de perda de peso, reduzir os riscos de doenças cardíacas e oferece um pacote nutricional de minerais, vitaminas e fibras.
[25] ASEAN é a sigla da Associação de Nações do Sudeste Asiático, um bloco econômico composto por dez países: Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja.
[26] https://www.rawwcosmetics.com/superfood-ingredients/acai-berry

produto, houve maior consumo desse produto e, consequentemente, os preços nesse trimestre aumentaram.

Ainda, na Tabela 1, no primeiro trimestre de 2018, o aumento dos preços pagos aos produtores extrativistas, pelo kg do açaí (*Euterpe oleracea)*, nos estados do Amapá e Pará deveu-se a uma menor quantidade ofertada, visto que ambos os estados encontram-se em plena entressafra. Vale ressaltar que esse açaí é proveniente de outras praças. Já no Maranhão, cuja produção concentra-se no noroeste do estado, o volume comercializado foi maior e, por conseguinte, houve uma redução nos valores.

Tabela 1 – Preço médio pago ao produtor extrativista pelo açaí (R$/kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2017			1° TRIMESTRE DE 2018			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	jan/17	fev/17	mar/17	jan/18	fev/18	mar/18				
Acre	1,41	1,44	1,50	1,49	1,57	1,47	6%	9%	-2%	R$ 1,60
Amazonas	2,37	2,12	1,48	1,80	1,71	1,42	-24%	-19%	-4%	
Amapá	2,00	2,07	2,02	3,48	2,22	2,50	74%	7%	24%	
Maranhão	2,78	2,77	2,74	2,37	2,35	2,42	-15%	-15%	-12%	
Pará	1,09	1,65	2,05	2,49	3,18	3,33	128%	93%	62%	
Rondônia	2,00	2,45	2,12	2,72	2,30	2,00	36%	-6%	-6%	

Fonte: Conab – Elaborado pelo colaborador

2.2. Preços Comercializados no Principal Estado Produtor

Na Tabela 2, tem-se os preços médios da lata[27] do açaí comercializado na primeira semana de janeiro e na primeira semana de março, nos portos da Palha e/ou do Açaí, em Belém, no estado do Pará, com os valores variando de R$ 20,00 a R$ 100,00/lata.

Observa-se, segundo a tabela abaixo, que os maiores preços médios comercializados são os da capital paraense. Os menores registrados são de Gurupá.

[27] 1 lata contém 14 kg de frutos de açaí

Tabela 2 – Preço da Lata (14 kg) do Açaí Comercializado no Pará na 1ª semana de janeiro e na 1ª semana de março de 2018

PRAÇA	jan/2018 (1º semana)	mar/2018 (1º semana)
Altamira	R$ 35,00 a R$ 45,00	R$ 35,00 a R$ 45,00
Belém	R$ 75,00[1] a R$ 85,00[1]	R$ 90,00[1] a R$ 100,00[1]
Breves	R$ 30,00 a R$ 40,00	R$ 30,00 a R$ 55,00
Gurupá	R$ 20,00 a R$30,00	R$ 22,00 a R$ 30,00

Fonte: Imazon – Elaborado pelos colaboradores

3. Aquisições do PAA

Conforme Tabela 3, em 2017, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA adquiriu, aproximadamente, 787,94 toneladas de açaí, in natura, no valor de um pouco mais de 1,85 milhão de reais, beneficiando agricultores familiares e/ou produtores extrativistas de 22 municípios brasileiros nos estados do Amazonas, Amapá, Maranhão e Pará. Os agricultores familiares paraenses foram responsáveis, respectivamente, por 67,7% e 72% da quantidade e do valor total repassado pela modalidade Compra com Doação.

Tabela 3 – Aquisições de açaí pelo PAA em 2017

MODALIDADE DO PAA	UF	VALOR (R$)	QTD (Kg)
COMPRA COM DOAÇÃO	AM	111.650,00	77.000
COMPRA COM DOAÇÃO	AM	2.175,00	1.500
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	15.050,00	7.000
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	49.127,50	22.850
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	8.600,00	4.000
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	69.500,90	32.326
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	17.630,00	8.200
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	20.532,50	9.550
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	55.958,05	26.027
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	10.750,00	5.000
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	1.075,00	500
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	15.050,00	7.000
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	9.675,00	4.500
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	34.999,85	16.279
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	30.001,10	13.954
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	14.998,40	6.976
COMPRA COM DOAÇÃO	AP	2.902,50	1.350
COMPRA COM DOAÇÃO	MA	2.500,00	500
COMPRA COM DOAÇÃO	MA	1.500,00	300
COMPRA COM DOAÇÃO	MA	3.000,00	600
COMPRA COM DOAÇÃO	MA	6.005,00	1.201
COMPRA COM DOAÇÃO	MA	2.500,00	500
COMPRA COM DOAÇÃO	MA	3.050,00	610
COMPRA COM DOAÇÃO	MA	1.460,00	292
COMPRA COM DOAÇÃO	MA	2.800,00	560
COMPRA COM DOAÇÃO	MA	9.995,00	1.999
COMPRA COM DOAÇÃO	MA	1.500,00	300
COMPRA COM DOAÇÃO	MA	500,00	100
COMPRA COM DOAÇÃO	MA	12.550,00	2.510
COMPRA COM DOAÇÃO	MA	2.000,00	400
COMPRA COM DOAÇÃO	PA	920,00	460
COMPRA COM DOAÇÃO	PA	15.997,58	6.638
COMPRA COM DOAÇÃO	PA	30.727,50	12.750
COMPRA COM DOAÇÃO	PA	24.582,00	10.200
COMPRA COM DOAÇÃO	PA	308.998,15	128.215
COMPRA COM DOAÇÃO	PA	295.656,39	122.679
COMPRA COM DOAÇÃO	PA	311.099,67	129.087
COMPRA COM DOAÇÃO	PA	34.945,00	14.500
COMPRA COM DOAÇÃO	PA	306.086,08	104.824
COMPRA COM DOAÇÃO	PA	6.580,00	4.700
TOTAL		1.854.628,17	787.937,00

Fonte: Conab – Elaborado pelo colaborador

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE

PGPM-Bio

Volume 2. Número 1 - 1º trimestre de 2018

AMÊNDOA DE ANDIROBA

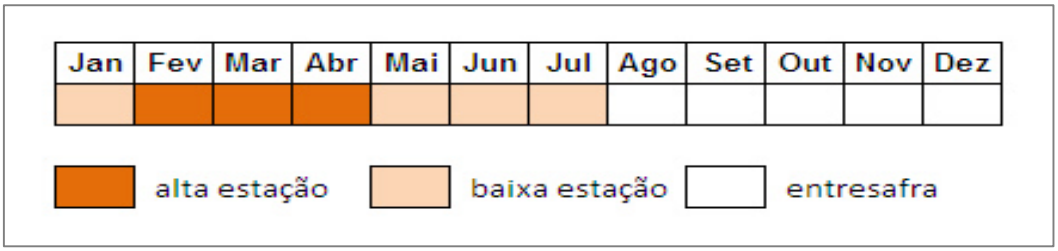
Humberto Lôbo Pennacchio[28]

1. Panorama nacional

1.1 Produção

A época de frutificação das andirobeiras varia de região para região, com produção anual entre os meses de janeiro a julho, com pico de coleta ocorrendo nos meses de fevereiro a abril (vide quadro abaixo). Relatos de moradores de comunidades extrativistas dão conta de que quando ocorre abundância na produção de um ano, no ano seguinte há uma queda no volume de frutos por árvore. A variação da produção de sementes de andiroba ao longo dos anos é comum, conforme trabalhos realizados na Amazônia brasileira sobre monitoramento da produção da andiroba que ocorreu em florestas de terra firme (MELLINGER, 2006; WADT, et al., 2008; PEREIRA, et al. 2011) e na várzea (LIMA, 2010).

Figura 1 - ÉPOCA DE COLETA



Fonte: Imazon

Para a temporada de coleta iniciada em janeiro deste ano, espera-se volume superior ao mesmo período do ano passado. Estimativas superficiais, obtidas através de contatos com cooperativas, associações e processadores apontam para uma produção de sementes entre 500 e 600 toneladas. Conforme relatado por extrativistas e processadores nos principais estados produtores, Amazonas e Pará, condições climáticas propícias, com boas quantidades de chuvas. A maior inundação das áreas, pode influenciar, de forma positiva, a produção de frutos, já que de acordo com Pereira e Tonini (2012), a frutificação da andirobeira será maior, quanto maior for a precipitação. O pico de produção ocorre geralmente entre fevereiro a abril,

[28] Com a colaboração da estagiária Pâmela Bispo da Silva

podendo se estender até maio, coincidindo com os meses mais chuvosos. Isto, como dito anteriormente, dependendo da região.

2. Análise de mercado

A comercialização da amêndoa de andiroba e seus subprodutos, ainda padece de falta de informações precisas, tanto no mercado nacional quanto no internacional. A principal destinação desse produto é o processamento para obtenção do óleo, muito demandado pela indústria cosmética e farmacêutica, nacional e internacional. Além do óleo, existem outros usos para a andirobeira; a madeira, pela sua qualidade e facilidade no manejo, as "cascas", usadas na medicina das comunidades da região amazônica e o "bagaço", resíduo do processamento das sementes na obtenção do óleo, matéria-prima para o fabrico de velas repelentes de insetos.

Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor – Andiroba amêndoa (R$/kg)

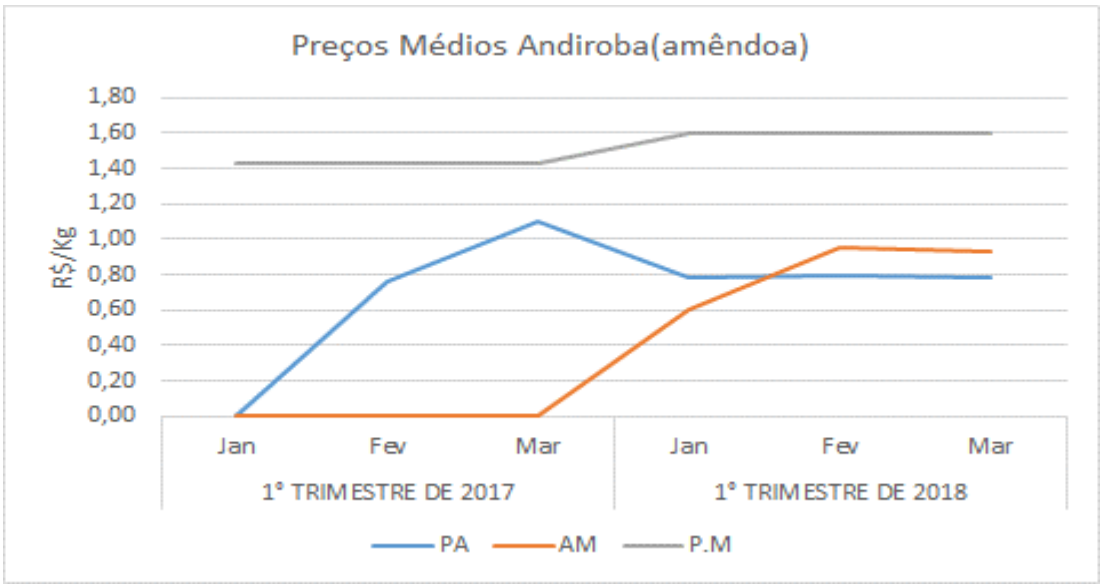
UF	1° TRIMESTRE DE 2017			1° TRIMESTRE DE 2018			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar				
PA	SI	0,76	1,10	0,78	0,80	0,78	-	5%	-29%	R$ 1,60
AM	SI	SI	SI	0,60	0,95	0,93	-	-	-	

Fonte: Conab/Siagro

Dada a fragilidade da cadeia produtiva, característica da atividade extrativista, a comercialização do produto nos estados analisados ocorre "sob demanda" previamente acordada entre as associações e cooperativas locais com a indústria consumidora, e esta relação tem um perfil oligopsônico, que não oferece muito espaço para negociação para fixação do preço para a semente. Por ser um produto de alta perecibilidade, difícil armazenagem e susceptível a ataques de fungos, necessita de rápido processamento, sob pena de comprometimento da peculiaridade do produto acarretando perda de qualidade, o que dificulta, sobremaneira, a negociação por melhores preços. Os preços listados na tabela 1, acima, refletem a sazonalidade nesta comercialização, com valores para o 1º trimestre de 2018, nos estados do Amazonas e Pará, variando entre o mínimo de R$ 0,60 e o máximo de R$ 0,95 por Kg -, preços levantados em plena safra nas regiões pesquisadas. Para o mesmo período do ano anterior, nota-se uma ausência de valores no Amazonas e variações disformes no Pará. Para uma melhor visualização das

movimentações nos preços, observar o Gráfico 1, na página seguinte.

Gráfico 1 – Preço Médio da Amêndoa de Andiroba



Fonte: Conab/Siagro

Ainda com relação aos preços praticados, as comunidades extrativistas nestes estados dispõem da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), que através do instrumento Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE), quando operacionalizado, receberão o pagamento de um bônus ao comprovarem a venda do produto extrativo por preço inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal, que no caso, a preços correntes, adicionará à renda familiar um valor médio em torno de R$ 0,80 por Kg.

3.Referência bibliográfica

MELLINGER, L. L. Aspectos da regeneração natural e produção de sementes de *Carapa guianensis* Aubl. (andiroba), na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. (2006). 81 p. Dissertação de mestrado (Programa de Pós- Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais – PPG/BTRN) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

WADT, L. H. O.; KLIMAS, C. A.; AZEVEDO, V. R.; SILVA, A. C. C.; LIMA, L. M. S.; CORREIA, M. F.; KAINER, K. A. Produção de sementes de andiroba (*Carapa guinensis* Aubl.) no período de 2004 a 2008, em dois ambientes de Floresta Natural, em Rio Branco, Acre. In: Embrapa Acre-Artigo em anais de congresso. In:

Seminário manejo sustentável de produtos florestais não madeireiros na amazônia, 1., 2008, Rio Branco, AC. Anais... Rio Branco, AC: Embrapa Acre, 2008. Editora: Lúcia Helena de Oliveira Wadt., 2009.

PEREIRA, N. R. N.; TONINI, H.; CASTILHOS, C. W. Variações anuais na produção de sementes de andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) e suas implicações para o manejo. In: Congreso de Ecologia do Brasil, 5. São Lourenço. Anais… São Lourenço. 2011. p. 1-2.

LIMA, A. S. Produção, biometria e germinação de andirobeiras (*Carapa* spp.) da Apa da Fazendinha, Macapá – AP**. 2010. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade do Estado do Amapá, Macapá, Amapá. 2010.**

PEREIRA, M. R. N; TONINI, H. Fenologia da andiroba (*Carapa guianensis* Aubl. Meliaceae) No sul do estado de Roraima. Santa Maria**.** Ciência Florestal**, v.** 22, n.1, p. 47-58. 2012

AMÊNDOA DE BABAÇU

Ênio Carlos Moura de Souza[29]

O primeiro trimestre de 2018 foi um período chuvoso na maior parte do país. Assim a coleta e comercialização do babaçu foi reduzida em virtude das dificuldades de coleta e quebra do coco. Todavia, a redução de oferta nesse primeiro trimestre foi maior que no anterior. De acordo com os preços coletados pela Conab, houve aumentos em praticamente todas as praças pesquisadas, como ilustra a tabela 1.

Tabela 1 – Preço pago ao produtor de amêndoa de babaçu (R$/kg)

UF	Jan/17	Fev/17	Mar/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
CE	1,00	2,44	1,98	2,74	2,74	2,44	174%	12%	23%	
MA	1,37	1,57	1,62	1,65	1,65	1,65	20%	5%	2%	
PA	1,23	1,40	1,40	2,13	2,20	2,04	73%	57%	46%	R$ 3,04
PI	1,93	1,93	1,92	2,52	2,48	2,27	31%	28%	18%	
TO	2,31	1,70	1,50	1,50	1,50	1,84	-35%	-12%	23%	

Fonte: Conab.

Apenas no Tocantins, nos meses de janeiro e fevereiro, houve queda dos preços em comparação aos mesmos períodos de 2017.

A queda de oferta da amêndoa de babaçu não é um fenômeno que se explica apenas com as condições climáticas. É um movimento consistente através dos anos, que reflete a saída de mão de obra da atividade e a forte concorrência do óleo de babaçu com o óleo de palma. Outros motivos também podem ser elencados, justificando, assim, a queda de oferta desse produto.

No Maranhão, maior estado produtor, a Conab realiza pesquisa de preço em sete praças (ou municípios) apresentados na tabela 2. As regiões mais ao norte do estado, onde se localizam Zé Doca e Itapecuru. O preço está cotado a R$1,50/kg. Já na região mais central, onde a oferta e demanda pela amêndoa é maior, os preços estão entre R$1,60 e R$1,70/kg. Por fim, ao leste do estado, onde está localizado Caxias, o preço é mais elevado, devido à proximidade com Piauí, que demanda amêndoa desse município e dos vizinhos.

[29] Com Colaboração da estagiária Laís Siquera de Jesus

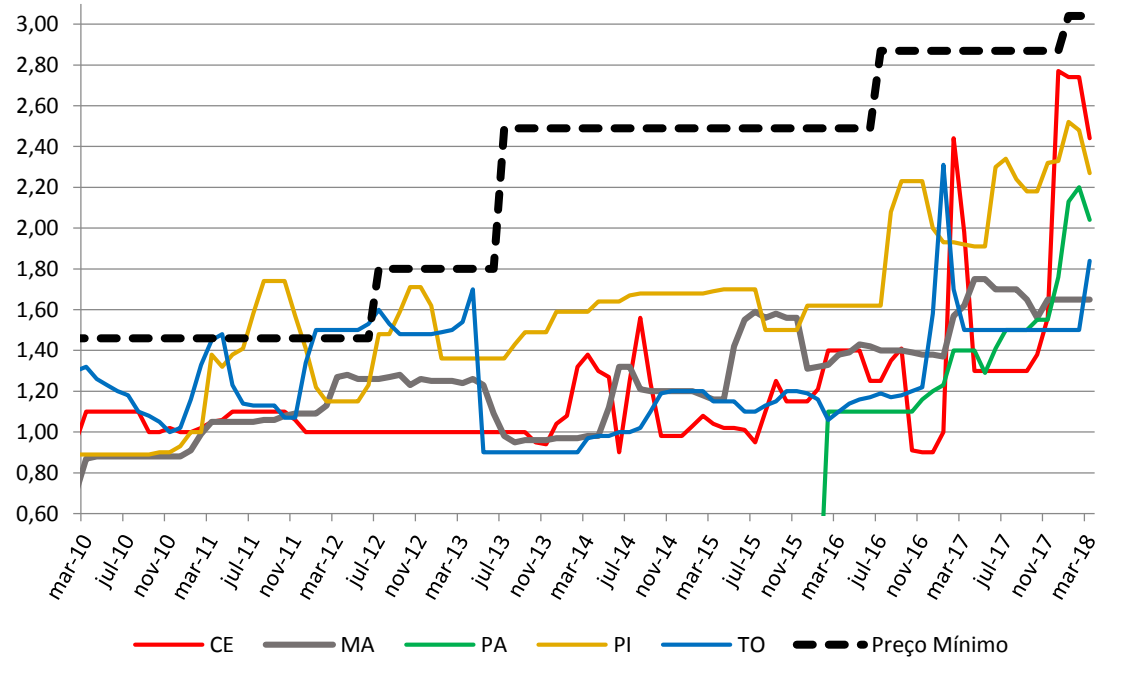
Tabela 2 – Preço pago ao produtor de amêndoa de babaçu (R$/kg)

MA	Jan/17	Fev/17	Mar/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
Bacabal	0,00	0,00	0,00	1,60	1,60	1,60	SI	SI	SI	
Caxias	1,40	1,80	1,84	2,00	2,00	2,00	43%	11%	9%	
Esperantinópolis	1,39	1,40	1,44	1,50	1,50	1,50	8%	7%	4%	
Itapecuru Mirim	1,35	1,85	1,96	1,50	1,50	1,50	11%	-19%	-23%	R$ 3,04
Pedreiras	1,40	1,40	1,52	1,70	1,70	1,70	21%	21%	12%	
Viana	1,35	1,40	1,44	1,50	1,50	1,50	11%	7%	4%	
Zé Doca	1,35	1,40	1,44	1,50	1,50	1,50	11%	7%	4%	

SI – sem informação.
Fonte: Conab.

De acordo com o gráfico 1, a média histórica de preços tem subido, principalmente a partir de 2016, quando o IBGE registrou queda na produção, superior a 20%.

Gráfico 1 – Preço pago ao produtor de amêndoa de babaçu (R$/kg)



Fonte: Conab.

Quanto ao azeite de babaçu, as variações de mercado foram no sentido contrário às da amêndoa que teve elevações de preço face à diminuição da oferta. Na comparação com o mesmo período de 2017, as três praças

pesquisadas pela Conab registraram queda de preços, a maior delas no estado do Maranhão. Comparando os dois produtos, pode-se inferir que a procura pela amêndoa é maior que a procura pelo azeite, produto beneficiado, em geral pelas próprias quebradeiras de coco, e ofertado em feiras e nas comunidades.

Tabela 3 – Preço pago ao produtor de azeite de babaçu (R$/kg)

MA	Jan/17	Fev/17	Mar/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	VARIAÇÕES PERCENTUAIS		
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C
CE	20,00	22,50	23,83	22,00	21,70	21,82	10%	-4%	-8%
MA	18,00	18,00	17,60	11,50	11,00	11,00	-36%	-39%	-38%
PI	12,00	12,00	12,00	11,00	11,00	11,00	-8%	-8%	-8%

Fonte: Conab.

Em 2017, o PAA, operacionalizado pela Conab, fez compra com doação simultânea de farinha de babau e azeite. No total mais de 353 mil reais foram disponibilizados para os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Mato Grosso na compra de mais de 20 toneladas de subprodutos como mostra a tabela 4.

Tabela 4 – Produtos adquiridos pelo PAA – Conab em 2017.

PRODUTO	UF ORGANIZAÇÃO	VALOR PRODUTO (R$)	QUANTIDADE (KG)
FARINHA DE BABAÇU	MA	R$ 36.529,35	2.145
	PI	R$ 13.584,00	849
	MT	R$ 141.134,00	5.766
Total		R$ 191.247,35	8.760
AZEITE DE BABAÇU	MA	R$ 78.269,22	5.211
	PI	R$ 76.944,00	6.412
	TO	R$ 7.321,60	352
Total		R$ 162.534,82	11.975

Fonte: Conab.

BORRACHA NATURAL EXTRATIVA

Humberto Lõbo Pennacchio[30]

1. Panorama nacional

A atividade extrativista da borracha natural tem seu elo mais forte na Região Amazônica, que também é responsável pela produção de grande parte dos produtos do extrativismo. Com o início dos plantios na região centro-sul e sudeste do pais, a atividade extrativista sofreu o impacto direto destas mudanças, uma vez que os altos custos de exploração, baixa produtividade e grandes distâncias dos centros de processamento, tem comprometido o bom desempenho da atividade.

Outro fator importante a ser considerado, diz respeito a agregação de valor nos estados produtores, e neste aspecto houve, nos últimos anos, o encerramento das atividades de usinas de beneficiamento em todos os estados da região norte, reduzindo ou mesmo finalizando a comercialização do produto. Estes acontecimentos têm contribuído para desaceleração da produção em toda a região, como demonstrado no relatório anual do IBGE – Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) de 2016, em que aponta uma redução na produção de borracha extrativa, em toda região amazônica e Mato Grosso, nos últimos cinco anos, de 60%, passando de 3.005 toneladas em 2011 para 1.202 toneladas em 2016, data do último relatório.

2. Análise de mercado

A forte queda nos preços internacionais a partir de 2011 e que vem se estendendo até os dias de hoje tem refletido fortemente no mercado interno, derrubando seus preços e comprometendo a produção em todo território nacional. O país importa cerca de 70% da borracha natural destinada ao seu consumo. Nos três primeiros meses de 2018 houve um aumento no volume das importações em 31%, se comparado ao mesmo período do ano anterior, demonstrando que a queda nos preços internacionais tem favorecido os compradores internos a adquirir o produto importado, e com isso, forçado uma queda nos preços.

No trimestre analisado, os preços internos têm acompanhado a

[30] Com a colaboração da estagiária Pâmela Bispo da Silva

volatilidade dos preços internacionais, o que é natural. Conforme pode ser observado na tabela 1, a variação dos preços no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, apresentaram, na média, variação negativa. Neste quesito, o estado com maior variação negativa foi o Pará, resultado da fuga de compradores para o produto.

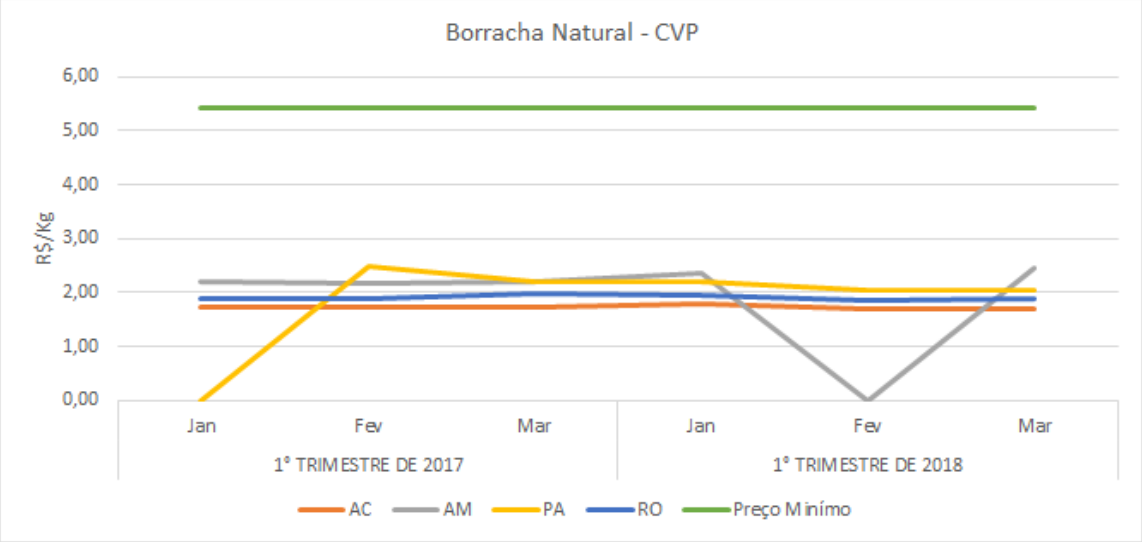
Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor - Borracha Natural –CVP (R$/kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2017			1° TRIMESTRE DE 2018			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar				
AC	1,73	1,73	1,73	1,80	1,71	1,71	4%	-1%	-1%	R$ 5,42
AM	2,20	2,17	2,20	2,35	SI	2,45	7%	0%	11%	
PA	SI	2,50	2,20	2,21	2,04	2,04	0%	-18%	-7%	
RO	1,90	1,90	1,97	1,95	1,85	1,88	3%	-3%	-5%	

Fonte: Conab/Siagro

Nos demais estados, exceto o Amazonas, que obteve variações positivas, contrariando o movimento do mercado, os preços variam negativamente a partir do mês de fevereiro, reafirmando o que foi dito anteriormente. Para melhor visualizar este movimento de preços, observar o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Preço pago ao produtor (R$/kg)



Fonte: Conab/Siagro

CASTANHA DO BRASIL

Humberto Lôbo Pennacchio[31]

1. Panorama nacional

A Castanha-do-Brasil é um dos produtos mais importantes extraído das florestas de terra-firme no bioma Amazônia, sendo componente principal da renda das famílias extrativistas, associada à borracha e agricultura de subsistência em algumas regiões. Segundo estatísticas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o extrativismo no Brasil ainda é uma atividade que gera riqueza por meio da comercialização de uma série de produtos de diversas categorias, que são extraídos nos cinco biomas inseridos no território nacional.

Após uma queda vertiginosa na produção, estimada em cerca de 30%, provocada por condições climáticas, falta de chuvas na época de floração das castanheiras, situação constatada nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, para esta safra que se iniciou em novembro de 2017 a expectativa é de normalização da coleta. Segundo informações obtidas junto às associações e cooperativas que coletam e comercializam o produto, a safra está ocorrendo dentro da normalidade, com muita probabilidade de retorno ao volume de 39.000 a 40.000 toneladas.

2. Análise de mercado

O comportamento dos preços, no caso da Castanha do Brasil, obedece uma lógica de precificação antes do início da coleta, em dezembro, onde é estabelecido por parte dos coletores um patamar mínimo para início de comercialização. Este patamar se baseia geralmente no último preço praticado no final da safra anterior, que tem seu final no mês de maio, e em algumas regiões se estende até junho. Com base neste modelo de precificação pode-se observar na tabela 1 que os preços coletados em janeiro de 2018 já refletiam esta alta abrupta, se comparados aos valores do mesmo período do ano anterior, alcançando reajustes de 135%, como foi o caso do estado de Rondônia. Naturalmente este movimento só foi possível devido a esta situação atípica na oferta do produto, gerando grande

[31] Com a colaboração da estagiária Pâmela Bispo da Silva

expectativa sobre a nova safra e provocando grande disputa pela aquisição do produto.

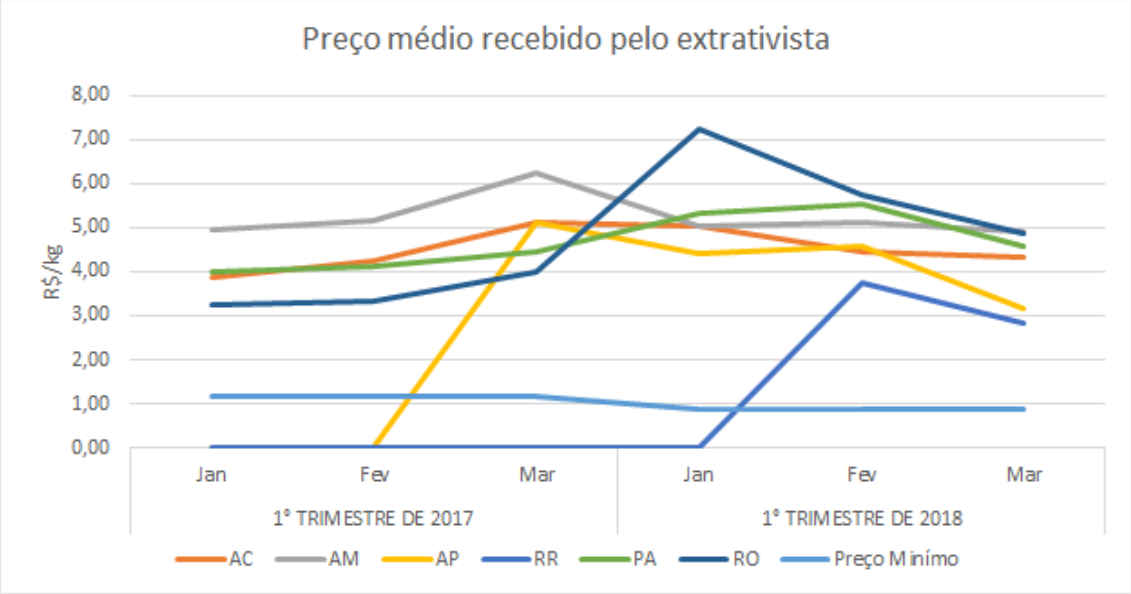
Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor – Castanha em casca (R$/Kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2017			1° TRIMESTRE DE 2018			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar				
AC	3,87	4,24	5,10	5,03	4,44	4,34	30%	5%	-15%	R$ 0,89
AM	4,93	5,15	6,24	5,05	5,11	4,90	2%	-1%	-21%	
AP	SI	SI	5,10	4,40	4,58	3,18	SI	SI	-38%	
RR	SI	SI	SI	SI	3,75	2,84	SI	SI	SI	
PA	4,00	4,10	4,45	5,34	5,53	4,57	34%	35%	3%	
RO	3,25	3,34	3,99	7,25	5,72	4,85	123%	71%	22%	

Fonte: Conab/Siagro

Vencida esta primeira fase da euforia, já se conhecendo as reais condições da nova safra e com o aumento da oferta, os preços iniciaram seu retorno a patamares mais reais, atingindo variações negativas no mês de março de 2018, época de início do pico da coleta e, consequentemente, de muita oferta. Como observado no gráfico 1, em alguns estados como o Acre e Amazonas, os preços retornaram a patamares inferiores aos praticados para o mesmo mês do ano anterior.

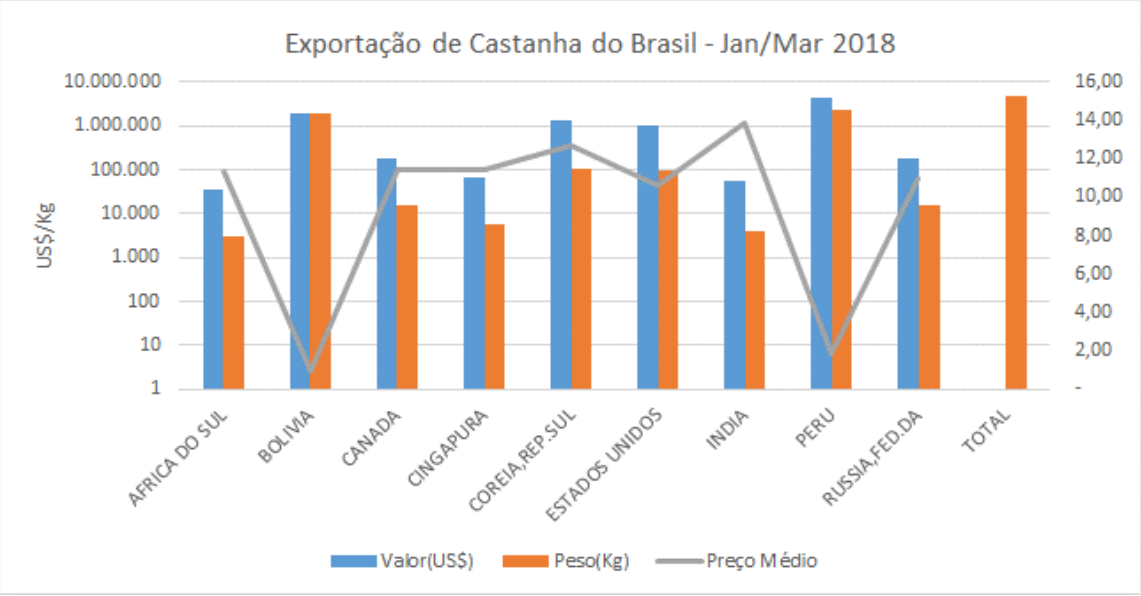
Gráfico 1 – Preços pagos ao Produtor – Castanha em casca (R$/Kg)



Fonte: Conab/Siagro

Toda esta movimentação atípica nos preços, provocada pela queda da safra, refletiu nas exportações, gerando uma queda de praticamente 50% no volume exportado em relação ao ano de 2016, 4.200 toneladas. Para se ter uma ideia de como foi pífio o volume das exportações, só nos três primeiros meses de 2018 já foram exportadas 4.593 toneladas. Ainda, com relação às exportações, o gráfico 2, abaixo, revela o desempenho deste setor, destacando o Peru como nosso maior importador pelo segundo ano consecutivo, ultrapassando a Bolívia, o segundo cliente em volume. O Peru, não só importa maior volume, assim como remunera melhor o produto brasileiro, US$ 1,94 por quilo, ou seja, bem superior ao preço pago pelos bolivianos, US$ 0,94 por kg. Estes preços referem-se ao produto "in natura". Estes são os únicos países que importam o produto neste padrão, já os demais importam o produto processado e embalado, fazendo com que os preços também sejam bastante diferenciados, na média de US$ 12,00 por quilo.

Gráfico 2 – Exportação de Castanha do Brasil



Fonte: MAPA/Agrostat

MACAÚBA

Humberto Lõbo Pennacchio[32]

1. Panorama nacional

Diferentemente de algumas espécies extrativas, a macaúba se destaca face seu amplo poder na geração de subprodutos. A polpa dos frutos é utilizada na culinária para produção de sorvetes, pães e sucos. O óleo da amêndoa é matéria-prima na produção de sabão, sabonete, margarina e cosméticos. As sobras de amêndoa são ricas em proteína e consideradas de alto valor nutritivo para alimentação de gado. Do broto terminal se retira o palmito. O endocarpo de macaúba – parte que protege a amêndoa – está sendo utilizado na produção de carvão vegetal e também como carvão ativo.

Dentre as palmeiras nativas é considerada a de maior disseminação no território brasileiro. A macaúba é amplamente distribuída em áreas do cerrado localizadas nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

As informações da safra de 2018 estão restritas ao estado de Minas Gerais, onde a cadeia produtiva, tem encontrado maior apoio de administração pública, prova disso foi a promulgação pelo governo estadual da Lei Nº 19.485, de 13 de janeiro de 2011, que institui a política estadual de incentivo ao cultivo, à extração, à comercialização, ao consumo e à transformação da macaúba e das demais palmeiras oleaginosas - Pró-Macaúba.

Em Minas Gerais, a safra deverá se estender até o final de abril/2018, devido às chuvas, que fizeram com que os frutos tivessem maturação desigual. A qualidade dos frutos está melhor nesta safra, e a expectativa é de que na próxima os frutos também tenham boa qualidade, mantendo a boa produtividade, também devido às boas condições climáticas, chuvas, que ocorreram de maneira regular no norte de Minas Gerais, nos dois últimos anos.

A safra em coleta deverá ser maior que a anterior, segundo informações da maior operadora na aquisição do produto na região norte do estado, a

[32] Com a colaboração da estagiária Pâmela Bispo da Silva

COOPERRIACHÂO, que estima esmagar o dobro de frutos nesta safra, acima de 300 toneladas, com a entrada de novos fornecedores da matéria-prima, e a exploração de novas áreas.

2. Análise de mercado

A Conab mantém uma base de dados alimentada por uma extensa pesquisa de preços, em todo o país, que abrange dezenas de produtos agrícolas e extrativos, incluídos aí a coleta de preços da macaúba, nos estados de Minas Gerais e Ceará, um importante instrumento de conferência e acompanhamento dos pagamentos de possíveis subvenções, além de propiciar à empresa, uma melhor análise do desempenho da cadeia produtiva do produto.

Em relação à macaúba, a série de preços começou a ser alimentada em 2014, a partir de maio, no estado do Ceará, e em julho, no estado de Minas Gerais, como pode ser observado na tabela 1, abaixo. Os preços praticados nos dois estados pesquisados diferem muito, pois são realidades bastante diferentes. No estado do Ceará a oferta escassa, devido a pequena produção faz com que os preços se elevem. Já em Minas Gerais, onde a oferta é grande, os preços tendem a ficar em níveis bem abaixo.

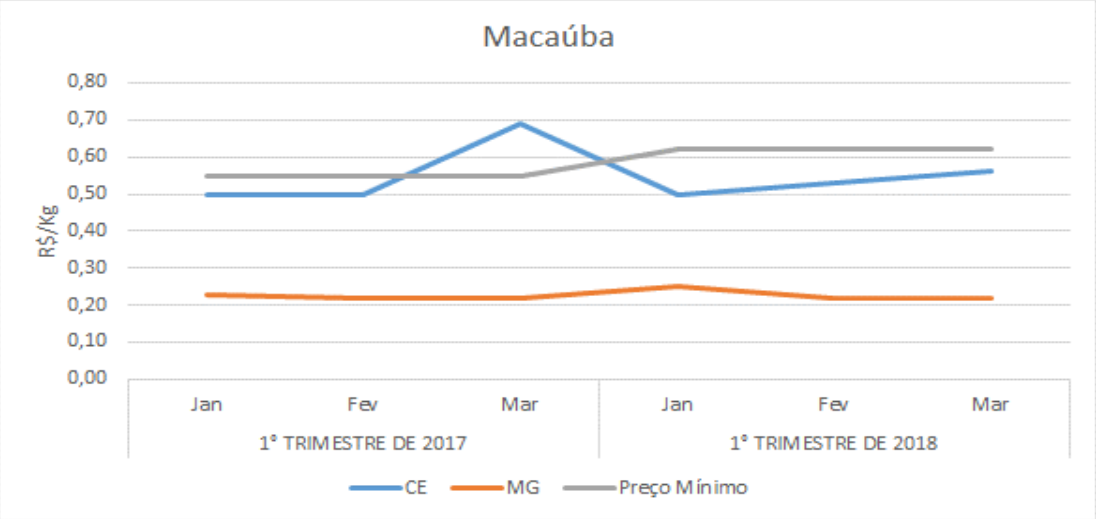
Tabela 1– Preços pagos ao Produtor - Coco Macaúba (R$/Kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2017			1° TRIMESTRE DE 2018			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar				
CE	0,50	0,50	0,69	0,50	0,53	0,56	0%	6%	-19%	R$ 0,62
MG	0,23	0,22	0,22	0,25	0,22	0,22	9%	0%	0%	

Fonte: Conab/Siagro

Como pode ser observado no gráfico 1, tanto no Ceará, quanto em Minas Gerais, os preços têm um comportamento estável em termos de nominais, variando pouco, em ambos os trimestres, objeto desta análise, mas em ambos os estados, permanecendo abaixo do preço mínimo fixado pela Conab, abrindo espaço para a atuação governamental através do instrumento Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE).

Gráfico 1 – Preços pagos ao Produtor (R$/Kg)



Fonte: Conab/Siagro

MANGABA

Ênio Carlos Moura de Souza[33]

O período de chuvas influencia fortemente no período de safra da mangaba. A irregularidade das chuvas no ano pode retardar o início da safra e afetar a produtividade das plantas na safra seguinte. É a situação que ocorre no nordeste na presente safra, quando a chuva irregular de 2017 atrasou o início da colheita, que se iniciaria aos poucos em dezembro e ganharia força em janeiro e fevereiro. Assim, na Bahia por exemplo, a safra foi muito incipiente em janeiro e apenas foi possível coletar preços em fevereiro.

Nos outros estados do nordeste a diminuição da oferta causou aumento de preços em praticamente todas as praças onde há pesquisa de preços pela Conab. No Rio Grande do Norte, por exemplo, em março de 2018 os preços foram 50% superiores ao mesmo mês de 2017.

Em Minas Gerais, onde o produto ocorre no norte do estado, a situação da oferta é melhor do que nos estados nordestinos, em relação as suas respectivas demandas. Nesse estado, os preços apresentaram forte queda em relação ao início da safra passada.

Tabela 1 – Preço pago ao produtor de Mangaba (R$/kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2017			1° TRIMESTRE DE 2018			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR				
MG	1,25	1,25	1,26	0,60	0,58	0,58	-52%	-54%	-54%	R$ 1,63
BA	5,00	5,00	5,00	0,00	4,38	5,00	SI	-12%	0%	R$ 2,29
PB	1,48	1,48	1,48	1,60	1,62	1,65	8%	9%	11%	
RN	2,85	2,74	2,33	3,62	3,50	3,50	27%	28%	50%	
SE	2,58	4,20	0,00	3,75	4,22	4,95	45%	0%	SI	

SI – sem informação.
Fonte: Conab.

Os gráficos de 1 a 4 fazem a comparação das safras do primeiro trimestre de 2015, até o trimestre atual, por estado. Na Bahia, a safra atual pode ser uma com maiores preços dentro do período. Na Paraíba, as safras de 2015 e 2016 foram de menor oferta que a atual. No Sergipe, a falta de

[33] Com Colaboração da estagiária Laís Siquera de Jesus

chuvas e o comprometimento da produtividade da planta elevaram o preço da safra atual em relação às anteriores. Minas Gerais é o estado onde o preço se encontra no patamar mais baixo.

Gráfico 1 – Preço pago ao produtor de Mangaba (R$/kg) – Bahia.

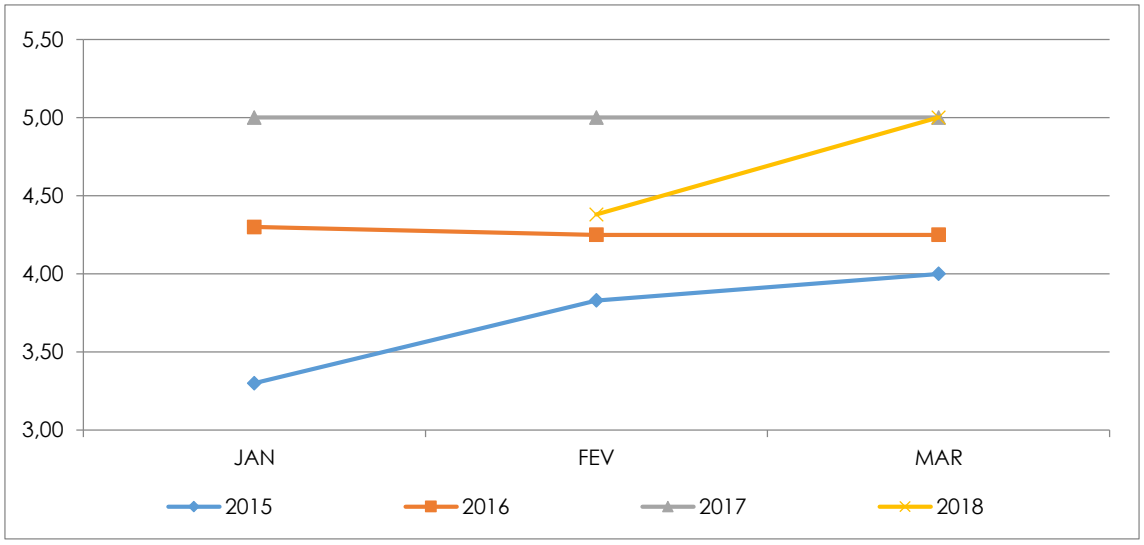


Gráfico 2 – Preço pago ao produtor de Mangaba (R$/kg) – Paraíba.

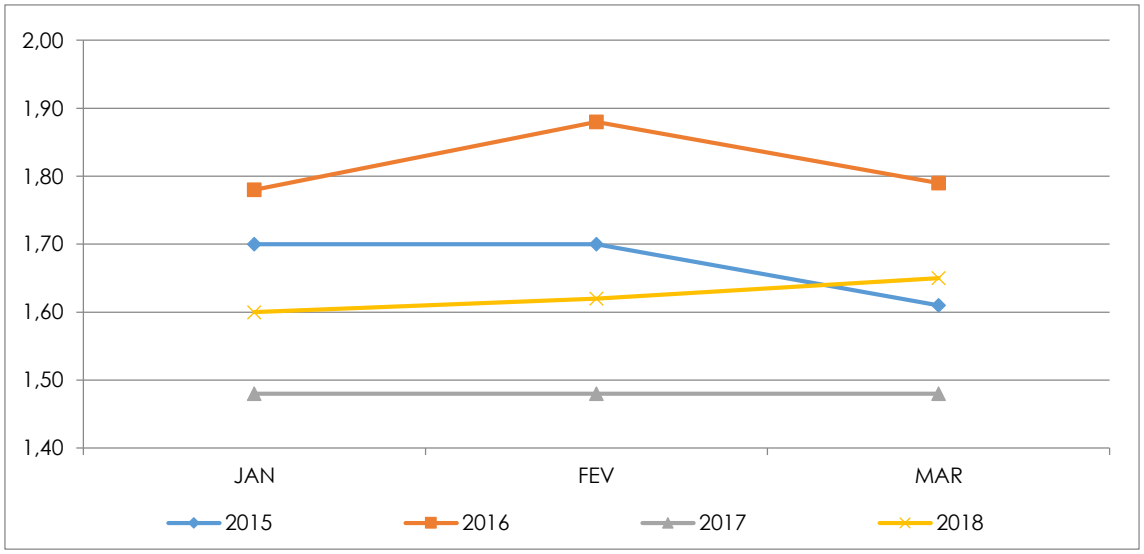
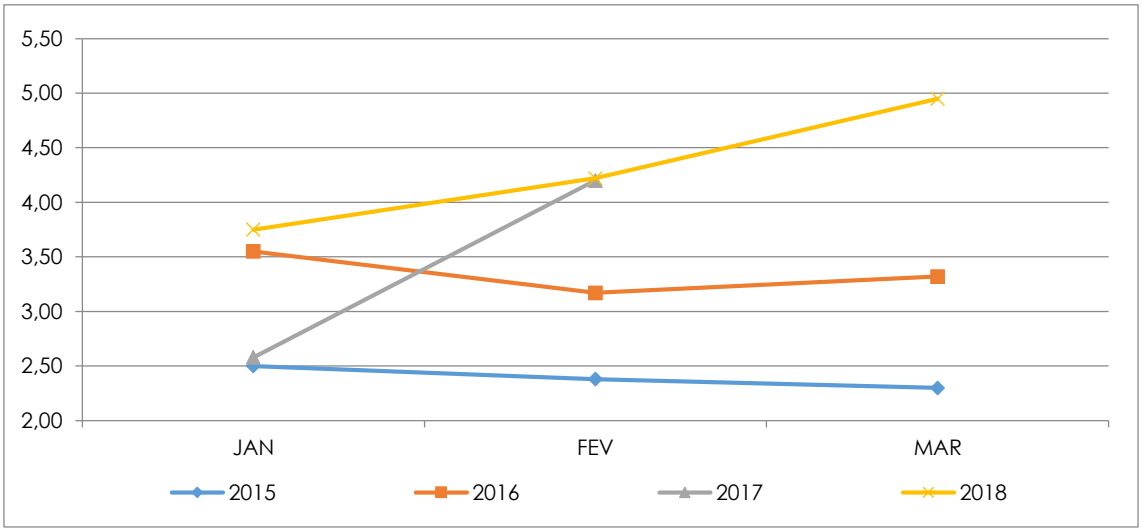
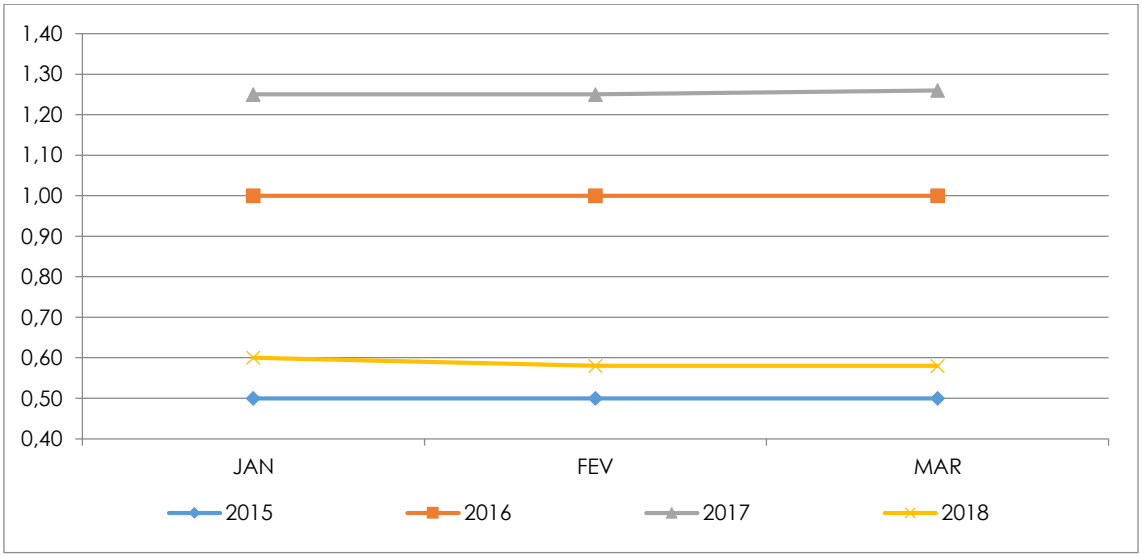


Gráfico 3 – Preço pago ao produtor de Mangaba (R$/kg) – Sergipe.



Fonte: Conab.

Gráfico 4 – Preço pago ao produtor de Mangaba (R$/kg) – Minas Gerais.



Fonte: Conab.

PEQUI

Ênio Carlos Moura de Souza[34]

No Ceará, Piauí e Mato grosso os pequizeiros estão garantindo maior produtividade do fruto na safra atual, em comparação à passada. Com efeito, os preços declinaram no primeiro trimestre de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017. Na média, os preços estão acima do preço mínimo estipulado pelo governo federal, com exceção dos estados de Minas Gerais e Ceará, onde a PGPMBio já apoiou produtores no ano passado.

Tabela 1 – Preço pago ao produtor de amêndoa de Pequi (R$/kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2017			1° TRIMESTRE DE 2018			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR				
MT	0,89	1,01	1,03	0,89	0,71	0,71	0%	-29%	-31%	R$ 0,67
CE	2,00	0,91	1,75	0,00	0,30	0,30	SI	-67%	-83%	
PI	1,60	0,90	0,67	0,85	0,85	0,85	-47%	-6%	27%	
MG	0,00	0,00	0,00	0,24	0,14	0,00	SI	SI	SI	

SI – sem informação.
Fonte: Conab.

Em 2017, no Ceará, a Conab subvencionou cerca de 9 toneladas de pequi, apesar do preço médio do estado estar acima do preço mínimo durante a safra naquele ano. Houve localidades em que o preço, devido flutuações de mercado, figurou abaixo do mínimo, proporcionando condições de acesso por parte dos produtores extrativistas.

Em Minas Gerais mais de 460 toneladas de pequi foram subvencionadas ao preço médio de R$0,34 centavos. A pesquisa de preço na região em 2017 correspondia a outro subproduto do pequi e não para o fruto, por isso, a tabela 1 não apresenta informações para o caso em questão. Todavia, os produtores da região tiveram uma boa safra e venderam o produto para Montes Claros, Belo Horizonte e cidades do estado de Goiás, em principal.

Quanto o PAA – programa de aquisição de alimentos mais de 6 toneladas de produto foram compradas para doação simultânea no ano de

[34] Com Colaboração da estagiária Laís Siquera de Jesus

2017. Cinco estados foram beneficiados e mais de 23 mil reais investidos para os produtores, que forneceram a polpa, óleo e o fruto em natura. A tabela 4 resume os dados.

Tabela 4 – Produtos adquiridos pelo PAA – Conab em 2017.

PRODUTO	UF ORGANIZAÇÃO	VALOR PRODUTO (R$)	QUANTIDADE (KG)
PEQUI e seus subprodutos.	MA	R$ 3.363,00	1.900
	MG	R$ 17.035,92	3.564
	MT	R$ 1.750,00	500
	TO	R$ 1.375,00	550
	PI	R$ 159,00	150
Total		**R$ 23.682,92**	**6.664**

Fonte: Conab.

PIAÇAVA

Ana Rita Lopes Farias Freddo[35]

O emprego das fibras naturais tem sido objeto tanto dos projetos de pesquisa quanto dos comerciais. Na maioria dos estudos, as fibras naturais são usadas como substitutos das fibras tradicionais em compostos reforçados com fibra, ou no setor automotivo, geotêxtil[36] e outras áreas da engenharia (Costa, C. R. et al, 2014[37])

Em geral, as fibras naturais têm as vantagens da biodegradabilidade, baixa densidade, abundância e renovabilidade, são não tóxicas na natureza, possuem propriedades mecânicas úteis e baixo custo. No entanto, as principais desvantagens das fibras naturais são: a baixa compatibilidade entre as fibras e a matriz nos compósitos e a relativa alta sorção de umidade (Costa, C. R. et al, 2014).

Nos últimos anos tem-se verificado várias oportunidades para bens sustentáveis através do desenvolvimento de estratégias de design para produtos ecologicamente sustentáveis, como no caso do projeto “Brasil Original”, idealizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas – Sebrae/AM que vem valorizando o artesanato indígena do Amazonas, com o uso das fibras da piaçava, do cipó uambé e do tucum. Nesse artigo abordaremos esse novo segmento de mercado.

Análise de mercado

A piaçava ainda contribui para a geração de renda de algumas comunidades da Amazônia e da Bahia. Apesar de nos últimos anos ter perdido espaço para as fibras sintéticas, ainda é utilizada no mercado nacional e

[35] Com a colaboração dos estagiários: Luiz Felipe Melo Gonzaga e Pâmela Bispo da Silva

[36] **Geotêxteis** são materiais têxteis utilizados em contato com o solo ou com outros matérias em aplicações de engenharia civil e geotécnica. Geralmente, são do tipo tecido ou não-tecido, embora também existam geotêxteis tricotados e reforçados.

[37] Costa, C. R., Ratti, A. & Curto, B. (2014). **Product development using vegetable fibers**. International Journal of Design and Nature and Ecodynamics 9(3). 237-244

exportada, em menor quantidade, para confecção, principalmente de vassouras, escovas, pincéis e artigos semelhantes.

Analisando o primeiro semestre de 2018, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC as exportações de matérias vegetais como sorgo, piaçava, raiz de grama e tampico tiveram dois destinos: Bélgica, tradicional país comprador desses produtos, e Japão, adquirindo 12 e 0,004 toneladas, respectivamente. Em termos de valor, as importações belgas totalizaram US$ 2,7/t. Quanto as importações brasileiras dos produtos citados anteriormente, não houve registro de volume ofertado no corrente trimestre.

Recentemente, peças confeccionadas com esta fibra vêm ganhando destaque no cenário nacional. Por meio do projeto “Brasil Original”, artesões dos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Barcelos, na região do Alto Rio Negro, no Amazonas foram orientados, primeiramente no processo criativo das peças, com o auxílio de um designer renomado. As matérias-primas utilizadas foram as fibras vegetais colhidas, tingidas (ou não) e entrelaçadas. Piaçava, uambé e tucum deram forma a vasos, fruteiras e luminárias, “inspiradas na arquitetura da floresta”. Posteriormente, os participantes do projeto tiveram suas peças comercializadas em lojas temporárias, em centros comerciais e em grandes eventos, como na Copa das Confederações, Copa do Mundo e nas Olímpiadas que, recentemente ocorreram no país[38].

Outra experiência interessante ocorreu em Porto do Sauípe, no Litoral Norte da Bahia, a cerca de 80 quilômetros de Salvador, envolvendo o Sebrae e uma cooperativa de artesãs da região. Os participantes do projeto receberam cursos e capacitações para produzir acessórios e objetos de decoração, utilizando fibra e palha de piaçava, conseguindo vender os produtos no mercado nacional, impulsionando as vendas, ajudando a economia local e assegurando a subsistência de muitas famílias[39].

[38] http://www.sebraemercados.com.br/caso-de-sucesso-artesanato-indigena-do-amazonas-2/
[39] https://sebrae-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100695289/cooperativa-baiana-de-artesas-vende-pecas-para-todo-o-pais

No primeiro trimestre de 2018, tanto no Amazonas quanto na Bahia, o preço médio recebido pelos produtores extrativistas pelo quilograma comercializado da fibra da piaçava esteve abaixo do preço mínimo estabelecido pelo governo federal.

Tabela 1 – Preço médio pago ao produtor extrativista pela fibra da piaçava (R$/kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2017			1° TRIMESTRE DE 2018			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	jan/17	fev/17	mar/17	jan/18	fev/18	mar/18				
AM	1,65	1,64	1,73	1,77	1,51	1,60	7%	-8%	-8%	R$ 2,47
BA	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	0%	0%	0%	

Fonte: Conab – Elaborado pelo colaborador

Na tabela acima, verifica-se que os preços médios, recebidos pelos piaçaveiros amazonenses no primeiro trimestre de 2018, em relação ao mesmo período do ano passado, excetuando-se janeiro, no qual observa-se um pequeno acréscimo de 7%, tiveram um decréscimo de 8%. De um modo geral, o mercado da piaçava está na mão de pequenos compradores que vêm adquirindo pequenas quantidades a preço menores que os praticados no ano anterior, e a oferta do produto é constante.

Já os preços pagos aos produtores extrativistas baianos mantiveram-se estáveis, devido, principalmente, ao baixo preço praticado no mercado e o desestímulo com a atividade da extração da piaçava na região.

UMBU

Ênio Carlos Moura de Souza[40]

O umbu, assim como a mangaba, é uma planta que depende do período de chuvas para florescer e gerar frutos. Diferente das mangabeiras, o umbuzeiro é mais resistente a períodos de seca e, também por isso, é uma planta que se adéqua bem a biomas como a caatinga – onde há grande ocorrência, além do cerrado. Todavia, quando a seca se prolonga o período de colheita pode ficar comprometido e a planta pode tardar em frutificar. Na Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte e Piauí foi exatamente o que ocorreu. A safra que geralmente começa no fim de dezembro e janeiro teve início em fevereiro e março. Não significa que seja a situação encontrada em todas as localidades produtores, mas ocorreu nas principais praças.

Tabela 1 – Preço pago ao produtor de amêndoa de Umbu (R$/kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2017			1° TRIMESTRE DE 2018			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR				
PB	0,90	0,90	0,90	0,00	0,00	0,94	SI	SI	4%	
MG	1,00	1,05	1,11	0,27	0,25	0,25	-73%	-76%	-77%	
BA	0,85	1,05	1,20	0,00	0,97	1,03	SI	-8%	-14%	R$ 0,62
PI	0,00	0,00	0,93	0,00	0,00	5,00	SI	SI	438%	
RN	2,30	2,24	1,88	0,00	0,00	0,00	SI	SI	SI	

SI – sem informação.
Fonte: Conab.

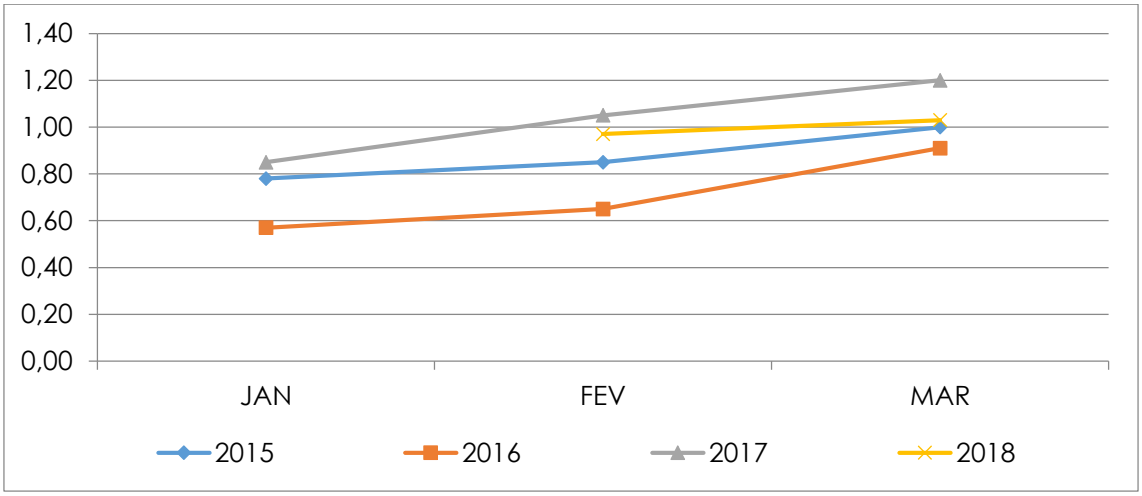
Com efeito, os preços estão maiores nesses estados, com exceção da Bahia. Em Minas Gerais, as condições de frutificação da planta foram melhores, o que garantiu condições superiores à anterior e possibilitou queda nos preços. O volume de comercialização vem aumentando no estado por influência da PGPMBio, que em 2016 subvencionou 7 toneladas de umbu e em 2017 essa quantidade saltou para mais de 217 toneladas. A política possibilitou que muitos extrativistas comercializassem o produto com a garantia do preço mínimo.

Os gráficos 1 e 2 fazem a comparação dos preços nos três primeiros meses de cada ano desde 2015. Na Bahia, os preços seguem uma tendência de como foi a de 2015. Em Minas Gerais, 2018 apresenta os menores

[40] Com Colaboração da estagiária Laís Siquera de Jesus

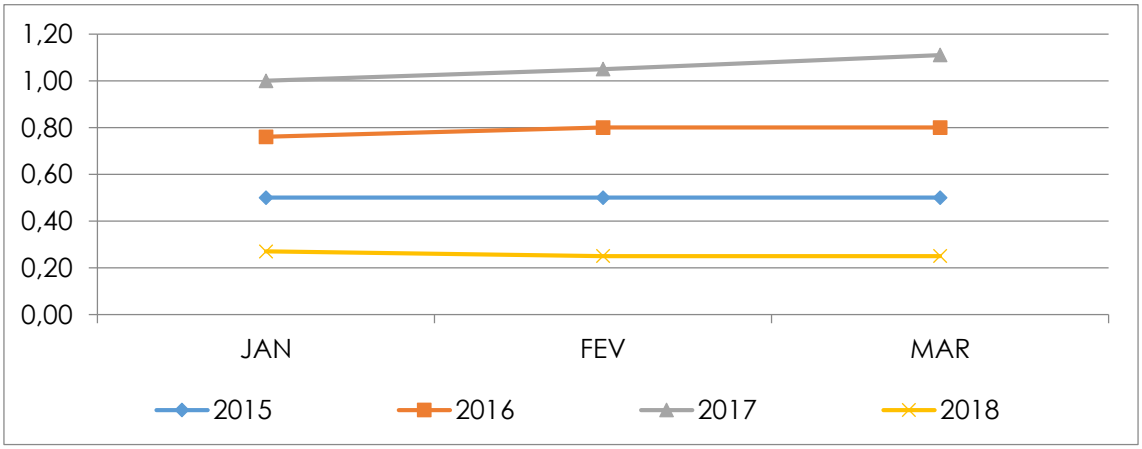
patamares do período em questão, revelando as melhores condições de oferta do produto, tanto por melhores produtividades da safra quanto pelo interesse dos extrativistas em comercializar umbu com a garantia do preço mínimo.

Gráfico 1 – Preço pago ao produtor de amêndoa de Umbu (R$/kg) – Bahia.



Fonte: Conab.

Gráfico 2 – Preço pago ao produtor de Umbu (R$/kg) – Minas Gerais.



Fonte: Conab.

No Programa de aquisição de alimentos – PAA mais de 26 toneladas de umbu e poupa de umbu foram compradas para doação simultânea. Minas Gerais, Bahia e Pernambuco foram os estados onde houveram aquisição desses produtos. No total, mais de 29 toneladas ao valor de quase R$60 mil reais foram negociadas no programa. A tabela 4 resume os dados.

Tabela 4 – Produtos adquiridos pelo PAA – Conab em 2017.

PRODUTO	UF ORGANIZAÇÃO	VALOR PRODUTO (R$)	QUANTIDADE (KG)
POLPA DE UMBU	MG	R$ 9.860,00	580
	PE	R$ 14.520,32	2.048
UMBU	BA	R$ 26.547,00	26.547
Total		**R$ 50.927,32**	**29.175**

Fonte: Conab.

ISSN: 2527-1598

Conab

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

BRASIL GOVERNO FEDERAL